

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT10.043

PANORAMA DA PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NOS CURSOS *STRICTO SENSU* NA ÁREA DE EDUCAÇÃO NO PIAUÍ

Márcia Brandão Rodrigues Aguilár¹

César Augusto do Prado Moraes²

Andréa Brito de Sousa³

Nelisia Nonato Neri de Oliveira⁴

RESUMO

A educação inclusiva constitui um dos pilares das políticas educacionais brasileiras nas últimas décadas. Ela garante o direito de todos a uma educação de qualidade, independentemente de suas condições físicas, sensoriais ou sociais. Este trabalho tem como objetivo realizar um mapeamento das produções acadêmicas sobre educação inclusiva, educação especial e inclusão

- 1 Doutora em Ciências (Modalidade Ensino de Química) pela Universidade de São Paulo. Professora do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação Inclusiva e da Licenciatura em Química da Universidade Federal do Vale do São Francisco *campus* São Raimundo Nonato-PI, marcia.aguilar@univasf.edu.br;
- 2 Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação Inclusiva da Universidade Federal do Vale do São Francisco *campus* São Raimundo Nonato - PI e professor na Universidade Federal do Piauí - PI, cesarmatbori@hotmail.com;
- 3 Mestranda do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional (PROFEI) da Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF *campus* São Raimundo Nonato - PI e Professora da Rede Municipal de Bom Jesus Piauí na Escola Municipal Professora Marlene Piauilino, andreabrito357@gmail.com;
- 4 Mestranda do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional (PROFEI) da Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF *campus* São Raimundo Nonato - PI e professora da Educação Básica no Colégio Estadual de Tempo Integral Professora Célia Santos Andrade - SEC Estadual Bahia, neuneri33@gmail.com.

desenvolvidas nos Programas de Pós-Graduação (PPG) *stricto sensu* na área de Educação no estado do Piauí entre 2014 e 2024. O estudo adota abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e caráter descritivo-analítico, utilizando metodologia de análise de escopo (Arksey; O'Malley, 2005) para identificar, organizar e interpretar dissertações e teses defendidas na Universidade Federal do Piauí (UFPI) e no Instituto Federal do Piauí (IFPI), únicas no estado que ofertam programas *stricto sensu* na área de Educação. Os dados evidenciam 24 trabalhos (17 na UFPI e sete no IFPI) que abordam majoritariamente a inclusão no contexto escolar. A análise revela uma produção concentrada em estudos de caso e investigações qualitativas sobre práticas pedagógicas, formação docente e políticas públicas, mas ainda limitada em diversidade teórica e metodológica. Deste modo, conclui-se que, embora haja avanços na consolidação da temática na última década, a pesquisa sobre educação inclusiva no Piauí permanece incipiente, demandando maior investimento em abordagens interdisciplinares, articulação com políticas públicas e ampliação de redes colaborativas regionais e nacionais.

Palavras-chave: Educação inclusiva, Educação especial, Inclusão, Pós-graduação, Piauí.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva consolidou-se nas últimas décadas como um dos pilares das políticas públicas educacionais brasileiras, orientando-se pelo princípio da equidade e pelo direito universal à educação de qualidade. Fundamenta-se na ideia de que todas as pessoas, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, intelectuais, sociais ou culturais, devem ter assegurado o acesso, a permanência e o sucesso escolar em todos os níveis de ensino (Brasil, 2008). Assim, a perspectiva inclusiva representa uma ruptura com o paradigma da exclusão e da segregação historicamente presentes no sistema educacional, propondo um modelo que valoriza a diversidade humana e reconhece as diferenças como elementos constitutivos do processo educativo (Mantoan, 2015).

Desde a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), a educação inclusiva consolidou-se como compromisso legal e ético do Estado, exigindo que os sistemas educacionais assegurem o acesso, a permanência e o sucesso dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (Brasil, 1988; 1996). A partir da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) (Brasil, 2008) e de documentos internacionais como a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), o debate sobre inclusão deixou de se restringir a uma abordagem assistencialista, passando a compreender a diversidade humana como dimensão constitutiva do processo educativo. Como argumenta Mantoan (2021), a inclusão implica uma mudança paradigmática profunda: de um modelo centrado na deficiência para outro que reconhece a diferença como potência e elemento da aprendizagem.

Apesar dos avanços, a efetivação da inclusão enfrenta desafios relacionados à infraestrutura, à formação docente, à gestão escolar e à permanência dos estudantes. Estudos como os de Pletsch (2020) e Dutra (2024) apontam que, embora as matrículas de alunos da educação especial tenham aumentado de 54% em 2008 para mais de 90% em 2023,

persistem barreiras pedagógicas e institucionais. Neste contexto, compreender como a produção científica aborda a educação inclusiva visa identificar lacunas, tendências e contribuições teóricas. No caso do Piauí, a escassez de estudos sistemáticos sobre a temática torna relevante a análise de como os programas *stricto sensu* têm produzido conhecimento sobre inclusão educacional.

Este capítulo tem como objetivo realizar um mapeamento das dissertações e teses defendidas nos Programas de Pós-Graduação (PPG) *stricto sensu* na área de Educação no estado do Piauí entre 2014 e 2024, examinando os temas, metodologias e contribuições de pesquisas sobre educação inclusiva, educação especial e inclusão. O estudo propõe-se não apenas a quantificar, mas a compreender criticamente o panorama da produção acadêmica regional, contribuindo para a consolidação de políticas e práticas educacionais mais equitativas e transformadoras.

REFERENCIAL TEÓRICO

A discussão sobre a diferenciação entre educação especial, educação inclusiva e inclusão tem ganhado destaque nos debates educacionais contemporâneos, sobretudo diante do desafio de assegurar o direito à educação plena para todos. O contexto brasileiro, amparado por legislações e políticas públicas recentes, expressa um movimento de transformação paradigmática voltado à superação de práticas excludentes e à consolidação de uma escola democrática e plural.

De acordo com Pletsch (2020), a educação especial configura-se como uma modalidade de ensino destinada ao atendimento dos estudantes público-alvo da educação especial no ensino comum, cujo objetivo é oferecer recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem barreiras no processo de aprendizagem. De fato, ela está sustentada por um marco legal e normativo, como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) (Brasil, 2008). Contudo, apesar dos avanços legais, persiste uma distância significativa entre a teoria e a

prática, o que evidencia a necessidade de consolidar uma cultura institucional de inclusão por meio da formação continuada de professores e do envolvimento da comunidade escolar. A educação inclusiva, por sua vez, orienta os sistemas educacionais a garantir acesso, permanência e aprendizagem de todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, linguísticas ou culturais. Nesse sentido, a escola deve ser um espaço de convivência com a diferença, reconhecendo a diversidade como princípio formativo. Dutra (2024) reforça que sua efetivação depende da oferta de recursos e serviços que eliminem barreiras, bem como de políticas de formação docente e de financiamento que sustentem práticas pedagógicas acessíveis e inovadoras. Conforme o Instituto Rodrigo Mendes (2025), a educação inclusiva deve ser assegurada em todos os níveis de ensino, sendo vedada qualquer forma de discriminação ou cobrança adicional para a implementação de recursos de acessibilidade.

Já a inclusão, em sentido amplo, transcende o campo educacional e se afirma como um princípio ético e político de justiça social que assegura a participação de todos os sujeitos na vida comunitária. No contexto escolar, implica não apenas garantir a matrícula, mas assegurar o envolvimento efetivo dos estudantes, o respeito às singularidades e a promoção de relações solidárias e cooperativas. Para Mantoan (2021), a escola inclusiva valoriza as diferenças como eixo do processo de aprendizagem e da convivência democrática. Nesse cenário, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) assume papel central como apoio pedagógico à inclusão, demandando formação continuada e atuação qualificada dos profissionais.

Do ponto de vista histórico, o Brasil experimentou uma transição gradual de modelos segregacionistas para práticas inclusivas, impulsionada por marcos como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, assinado em Nova York em 2007 e posteriormente promulgado nacionalmente (Brasil, 2009) e a PNEPEI (Brasil, 2008). Dutra (2024) destaca que houve um aumento expressivo nas matrículas de estudan-

tes público-alvo da educação especial em classes comuns, passando de 54% em 2008 para mais de 91% em 2023, segundo o Censo Escolar. Entretanto, esse avanço ainda enfrenta desafios relacionados ao financiamento, à formação docente especializada, à acessibilidade e à gestão escolar voltada à diversidade.

Pesquisas recentes ampliam o debate ao integrar as dimensões de gênero, classe e raça à compreensão da deficiência (Freitas; Santos, 2021), dado que a inclusão escolar só se materializa quando articulada à equidade e à justiça social. Dutra (2024), Pletsch (2020) e Mantoan (2021) convergem ao afirmar que a educação especial, quando compreendida sob a ótica inclusiva, integra um processo de transformação social que reconhece a diferença como valor e rompe com a lógica de categorização e segregação.

Em síntese, a educação especial é uma modalidade voltada ao atendimento de estudantes com necessidades específicas, integrada ao ensino regular; a educação inclusiva é um paradigma orientador dos sistemas educacionais na eliminação de barreiras e valorização da diversidade; e a inclusão é um princípio ético e social que assegura a participação plena de todos nos processos sociais, culturais e educativos. A concretização desses princípios exige o compromisso coletivo da comunidade escolar, o fortalecimento das políticas públicas, o investimento em formação docente e a consolidação de uma cultura institucional que reconheça a diferença como elemento constitutivo da diversidade humana. Conforme Pletsch (2020), a construção de uma escola inclusiva depende da articulação entre políticas, práticas pedagógicas e cultura institucional, de modo que as diferenças sejam reconhecidas e valorizadas como dimensões essenciais da condição humana.

A análise das produções científicas regionais, portanto, constitui um passo decisivo para compreender como tais concepções têm sido incorporadas nos programas de pós-graduação e quais lacunas permanecem na produção de conhecimento sobre inclusão educacional.

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa de caráter documental e descritivo-analítico, fundamentada na metodologia de análise de escopo crítica (Arksey; O'Malley, 2005), amplamente utilizada para mapear a extensão e a natureza da literatura sobre determinado tema. Busca-se mapear os principais enfoques, abordagens teóricas e contribuições das pesquisas sobre educação inclusiva no Piauí, considerando não apenas a quantidade de produções, mas também a profundidade e diversidade das contribuições acadêmicas.

Segundo Fonseca (2002), a pesquisa documental utiliza diversas fontes ainda não analisadas, como relatórios, documentos oficiais, revistas, jornais, filmes, fotos e registros institucionais, possibilitando o aprofundamento do conhecimento por meio da análise de diferentes perspectivas teóricas. Essa abordagem contribui para a construção de um referencial sólido e para a identificação de tendências e lacunas nas produções científicas.

O estudo adota também uma análise de escopo crítica, que segundo Arksey e O'Malley (2005), consiste em um exame abrangente da literatura existente, permitindo identificar a amplitude das evidências disponíveis e as lacunas do conhecimento em determinado campo de estudo. Assim, a análise foi baseada na leitura e exame dos resumos das teses e dissertações identificadas nas duas instituições do Piauí que ofertam programas *stricto sensu* na área da Educação, a saber: Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Federal do Piauí (UFPI); e Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) do Instituto Federal do Piauí (IFPI).

O Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED/UFPI), criado em 1993, oferece mestrado e doutorado acadêmicos, com linhas de pesquisa voltadas à formação docente, políticas públicas e práticas educativas, consolidando-se como um dos mais importantes do Nordeste (UFPI, 2025). Já o Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica

(PROFEPT/IFPI), implantado em 2017 e coordenado nacionalmente pelo IFES, visa à qualificação para o desenvolvimento de práticas pedagógicas e de gestão voltadas à Educação Profissional e Tecnológica (IFPI, 2025).

O recorte temporal compreendeu o período de 2014 a 2024, com buscas realizadas nos repositórios institucionais dos programas mencionados, utilizando como descritores os termos: Educação Inclusiva, Educação Especial e Inclusão. Foram selecionadas dissertações e teses que apresentavam esses descritores localizados nos títulos, resumos ou palavras-chave. O corpus final foi composto por 24 produções, sendo 17 na UFPI e sete no IFPI.

A análise dos dados baseou-se na organização dos títulos e resumos dos trabalhos, permitindo a identificação das produções mais relevantes ao tema central. Posteriormente, classificaram-se as abordagens, objetos de estudo e principais contribuições teóricas e práticas, a fim de compreender o panorama da produção científica sobre a inclusão educacional no contexto piauiense.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentre os principais resultados foram encontrados 17 trabalhos desenvolvidos na UFPI (entre mestrados e doutorados) e sete no IFPI (sendo somente mestrados), perfazendo um total de 24 trabalhos mapeados. Os 17 trabalhos da UFPI estão indicados na Tabela 1.

Tabela 1. Trabalhos defendidos na UFPI, nas modalidades mestrado e doutorado, com destaque para termos do título definidores da classificação em educação especial, educação inclusiva ou inclusão.

Data	Título	Autor(a)	Classificação
1 2014	Assim caminha a educação inclusiva : as concepções de adolescentes em cumprimento de medida de semiliberdade acerca da inclusão	SANTOS, Katariny Maria Leal	Educação Inclusão

Data	Título	Autor(a)	Classificação
2 2016	Prática educativa no AEE: os efeitos do manejo comportamental no uso de comunicação alternativa e ampliada para o favorecimento da comunicação em alunos com autismo	BRITO, Aída Teresa dos Santos	Educação Especial
3 2017	O diagnóstico e a escolarização: os sentidos subjetivos constituídos por mães de alunos com autismo	SOUSA, Débora Lauriane da Silva Sousa	Educação Especial
4 2017	Práticas avaliativas de professores com crianças com síndrome de Down nos anos iniciais	LUSTOSA, Celene Vieira Gomes Fortes	Educação Especial
5 2017	As práticas de professores de língua portuguesa com alunos surdos no ensino básico	FARIAS, Francisca Neuza de Almeida	Educação Especial
6 2018	A subjetividade social e sua vivência na prática educativa com alunos público-alvo da educação especial	LEAL, Carlos Eduardo Gonçalves	Educação Especial
7 2018	Modelo DIR/Floortime: Bases teóricas para a inclusão de crianças com autismo na educação infantil	LEAL, Anderson Rubem Guimarães	Inclusão
8 2019	A política de inclusão escolar para o aluno surdo na perspectiva do tradutor e intérprete de libras/língua portuguesa	FERREIRA, Ana Cristina de Assunção Xavier	Inclusão
9 2019	A política de inclusão no município de Oeiras-PI na perspectiva do professor da classe comum	OSÓRIO, Jacyara Caroline da Costa	Inclusão
10 2020	A política de educação especial em escola da rede privada de ensino em Teresina	NASCIMENTO, Milena Viana Medeiros Barbosa	Educação Especial
11 2021	Tecnologia assistiva e atendimento educacional especializado para alunos com autismo na pandemia	RIBEIRO, Joane Lopes.	Educação Especial
12 2022	Processamento sensorial e aprendizagem de crianças com autismo no contexto da pandemia por covid-19 na perspectiva das famílias	MAIA, Joycy Beatriz Moreira Maia	Educação Especial
13 2022	Ensino remoto em escola pública municipal para alunos da educação especial no contexto de pandemia	AMORIM, Marília Carollyne Soares	Educação Especial
14 2023	O processo de inclusão social de surdos plurilíngues (cena/libras/português) no povoado Várzea Queimada (PI)	FRANCO, Telma Cristina Ribeiro	Inclusão

Data	Título	Autor(a)	Classificação
15 2023	Políticas públicas de inclusão escolar na perspectiva de professores do atendimento educacional especializado do município de Teresina	SANTOS, Suelen da Silva	Inclusão
16 2024	Metodologias de ensino e as possibilidades de aprendizagem de conceitos matemáticos para aluno com deficiência visual no ensino médio	BRITO, Hebert Portela	Educação Especial
17 2024	Políticas públicas de inclusão para alunos com deficiência na Educação de Jovens e Adultos	MIRANDA, Thathany Freitas	Inclusão

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Na Universidade Federal do Piauí (UFPI), dos 17 trabalhos encontrados, cinco abordam a educação especial, três a educação inclusiva e nove a inclusão, todos voltados ao contexto escolar. A análise revelou produções em diferentes perspectivas da educação especial, inclusão, práticas pedagógicas inclusivas e formação docente sob a ótica da inclusão. Observa-se um crescimento gradativo das pesquisas ao longo dos dez anos analisados, com ampliação do destaque e da relevância do tema nos programas de mestrado e doutorado. Todos os trabalhos foram orientados pela professora Dr^a Ana Valéria Marques Fortes Lustosa, pós-doutora em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). A seguir, apresentam-se os estudos em ordem cronológica, de 2014 a 2024, com destaque para autor, título, objetivos, metodologia e resultados.

Santos (2014), em seu trabalho denominado: *“Assim caminha a educação inclusiva: as concepções de adolescentes em cumprimento de medida de semiliberdade acerca da inclusão”*, teve como objetivo investigar as concepções de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade sobre sua inclusão na escola regular de Teresina-PI. A pesquisa, de natureza qualitativa e caráter explicativo, envolveu quatro jovens do sexo masculino (16 e 17 anos), e utilizou análise documental e entrevistas semiestruturadas, submetidas à Análise de Conteúdo (Bardin, 2004). Os resultados evidenciaram trajetórias marcadas por repetências e evasões, percepção da escola como espaço de

cidadania, mas também de violência, preconceito e rotulação. Nenhum participante compreendia plenamente a educação inclusiva, sentindo-se excluído do ambiente escolar. A vergonha pela condição socioeducativa, a violência, as drogas e o preconceito foram fatores dificultadores. Como facilitadores, ressaltaram-se o cuidado interpessoal e transformações no ensino, currículo e interação escolar.

Brito (2016), em seu trabalho: *“Prática educativa no AEE: os efeitos do manejo comportamental no uso de comunicação alternativa e ampliada (CAA) para o favorecimento da comunicação em alunos com autismo”*, visou analisar as práticas educativas de professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE) ao utilizarem sistemas de CAA para favorecer a comunicação funcional de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A investigação foi realizada em quatro escolas públicas de Teresina-PI, com oito professoras de AEE e seus respectivos alunos. A pesquisa envolveu questionários, observações, filmagens e inventários de linguagem. Os resultados indicaram ampliação do manejo comportamental das professoras, maior interação com os alunos e melhor comunicação funcional das crianças participantes.

Sousa (2017), com o trabalho: *“O diagnóstico e a escolarização: os sentidos subjetivos constituídos por mães de alunos com autismo”*, investigou os sentidos subjetivos constituídos por mães de crianças com autismo sobre o diagnóstico e seu impacto na escolarização. De abordagem qualitativa, utilizou completamento de frases, entrevistas, dinâmicas conversacionais e conversas informais com três mães de alunos com TEA matriculados no ensino regular em Teresina-PI. A análise, fundamentada no método construtivo-interpretativo, revelou que o diagnóstico influencia diretamente a subjetividade materna e, conseqüentemente, a vivência escolar das crianças.

Lustosa (2017), em seu trabalho: *“Práticas avaliativas de professores com crianças com síndrome de Down nos anos iniciais”*, objetivou investigar as práticas avaliativas de docentes do ensino fundamental com alunos com síndrome de Down. De natureza qualitativa e caráter explicativo,

envolveu quatro professoras de escolas públicas de Teresina-PI, por meio de entrevistas semiestruturadas e observações analisadas pela Análise de Conteúdo (Bardin, 2004). Os resultados apontaram que as docentes ainda se encontram em processo de construção de concepções avaliativas, enfrentando desafios na efetivação de práticas inclusivas que considerem as especificidades das crianças com síndrome de Down.

Farias (2017), com *“As práticas de professores de língua portuguesa com alunos surdos no ensino básico”*, visou compreender as práticas de tais professores que atuam com alunos surdos, por serem bilíngues em formação. A pesquisa qualitativa, do tipo ação, envolveu entrevistas com seis professoras de três escolas estaduais de Teresina-PI, analisadas segundo Bardin (2004). Os resultados mostraram que a inclusão efetiva ainda não ocorre nas escolas pesquisadas, revelando conflitos teórico-práticos e socioculturais. As práticas observadas permanecem centradas nos alunos ouvintes, com pouca adequação às propostas bilíngues e dependência do trabalho dos intérpretes.

Leal (2018a) elaborou o trabalho: *“A subjetividade social e sua vivência na prática educativa com alunos público-alvo da educação especial”*, que investigou como a subjetividade social se manifesta na prática educativa de professores da sala comum e do AEE no contexto da inclusão de alunos da educação especial. De abordagem qualitativa e fundamentado na teoria da subjetividade de González Rey, o estudo contou com 11 professores de uma escola estadual de Teresina e utilizou observação participante, entrevistas e análise documental. Predominou um modelo clínico de educação especial, com dependência de profissionais de apoio para efetivar a inclusão.

Leal (2018b), em seu trabalho: *“Modelo DIR/Floortime: bases teóricas para a inclusão de crianças com autismo na educação infantil”*, investigou como o engajamento socioafetivo (pelo modelo DIR/Floortime) contribui para o desenvolvimento de crianças com autismo na educação infantil, considerando a colaboração família-escola. A pesquisa qualitativa, do tipo pesquisa-ação, envolveu três crianças com autismo, seus pais e profes-

res em escolas particulares de Teresina-PI. Utilizou entrevistas, diários de campo e instrumentos de observação padronizados (ICDL, 2005; DUNN, 2017), categorizados na Análise de Conteúdo (Bardin, 2004). Destacou-se a importância do engajamento afetivo para o avanço do desenvolvimento infantil.

Ferreira (2019), em seu trabalho: *“A política de inclusão escolar para o aluno surdo na perspectiva do tradutor e intérprete de Libras/Língua Portuguesa”*, analisou a implementação da inclusão escolar para alunos surdos sob a perspectiva de dez intérpretes que atuam no ensino fundamental e médio em escolas estaduais de Teresina-PI. A pesquisa qualitativa e descritiva utilizou questionários e entrevistas semiestruturadas, analisadas por Análise de Conteúdo (Bardin, 2004). Os resultados apontaram sobrecarga de trabalho, pouca colaboração docente e desafios na permanência dos alunos, com a necessidade de práticas inclusivas mais efetivas.

No trabalho de Osório (2019), intitulado *“A política de inclusão no município de Oeiras-PI na perspectiva do professor da classe comum”*, analisou a política de inclusão escolar em Oeiras-PI, na perspectiva dos professores da classe comum. De abordagem qualitativa, a pesquisa envolveu dez docentes de cinco escolas municipais que atuam com estudantes Público-Alvo da Educação Especial (PAEE). Utilizou questionários e entrevistas semiestruturadas, analisadas conforme Bardin (2004). Os resultados apontaram deficiências estruturais e pedagógicas, falta de formação e apoio profissional, desarticulação entre o ensino comum e o AEE, além de preconceitos que comprometem a efetivação da inclusão escolar.

Nascimento (2020), em *“A política de educação especial em escola da rede privada de ensino em Teresina”*, investigou a estrutura da política de inclusão em escola privada de Teresina, a partir da Abordagem do Ciclo de Políticas. O estudo de caso de caráter quali-quantitativo envolveu 15 professores e coordenadoras, utilizando questionários do INEP. Os resultados evidenciaram práticas pedagógicas integradas entre professores da classe comum e especializados, salas de recursos e infraestrutura adequada, refletindo acesso e permanência superiores à média nacional.

Ribeiro (2021), em seu trabalho: *“Tecnologia assistiva e atendimento educacional especializado para alunos com autismo na pandemia”*, o objetivo foi analisar o uso da Tecnologia Assistiva (TA) por professores do AEE que atuaram com crianças com TEA durante a pandemia da COVID-19. De natureza qualitativa e caráter descritivo, contou com duas professoras (uma da rede pública e outra da privada), por meio de questionários e entrevistas. A análise de conteúdo revelou maiores dificuldades do que benefícios, com desafios significativos no ensino remoto de alunos autistas.

Amorim (2022), no trabalho: *“Ensino remoto em escola pública municipal para alunos da educação especial no contexto da pandemia”*, investigou as ações pedagógicas voltadas à aprendizagem e participação de alunos da educação especial no ensino remoto. De abordagem qualitativa e estudo de caso, envolveu entrevistas com gestores, docentes, profissionais de apoio e famílias. Os resultados apontaram falta de recursos adaptados, ausência de orientações pedagógicas e de profissionais qualificados, fatores que prejudicaram o planejamento e a efetividade do processo de ensino-aprendizagem.

Maia (2022), em seu trabalho: *“Processamento sensorial e aprendizagem de crianças com autismo no contexto da pandemia por COVID-19 na perspectiva das famílias”*, foi um estudo, de abordagem quali-quantitativa, que investigou os impactos do processamento sensorial na aprendizagem de crianças com TEA durante o ensino remoto emergencial, sob a perspectiva das famílias. Utilizando questionários e entrevistas, identificou-se que a falta de interação social e terapias prejudicou a aprendizagem, especialmente entre crianças com alterações visuais e auditivas, embora algumas tenham desenvolvido maior autonomia no ambiente doméstico.

Franco (2023), em seu trabalho: *“O processo de inclusão social de surdos plurilíngues (Cena/Libras/Português) no povoado Várzea Queimada (PI)”*, em seu estudo de caso etnográfico o objetivo foi analisar a inclusão social de surdos plurilíngues em contexto comunitário. Envolveu surdos e colaboradores da comunidade escolar e familiar. Os resultados mostraram que, apesar da participação em atividades locais, os surdos

raramente assumem papéis de protagonismo. As estratégias pedagógicas não contemplam suas necessidades linguísticas, e a ausência de intérpretes e professores proficientes em Cena compromete a aprendizagem e o letramento.

Santos (2023), em seu trabalho: *“Políticas públicas de inclusão escolar na perspectiva dos professores do Atendimento Educacional Especializado do município de Teresina”*, teve como objetivo analisar as políticas de inclusão a partir da atuação do AEE nas escolas municipais. De abordagem quali-quantitativa e caráter descritivo, contou com 35 professores e três gestores da Secretaria Municipal de Educação. As análises evidenciaram carência de salas de recursos, materiais pedagógicos e profissionais de apoio, indicando que a efetivação das políticas inclusivas ainda requer avanços para garantir a qualidade do atendimento ao PAEE.

Brito (2024), em seu trabalho: *“Metodologias de ensino e as possibilidades de conceitos matemáticos para aluno com deficiência visual no ensino médio”*, o estudo objetivou analisar o processo de ensino e aprendizagem de conceitos matemáticos por um aluno com cegueira no ensino médio. De natureza qualitativa e caráter descritivo, envolveu entrevistas com professores e especialistas em matemática. Os resultados indicaram lacunas na formação docente, especialmente no ensino de conteúdos visuais (gráficos, tabelas e figuras), e falta de colaboração entre a sala comum e o AEE.

Miranda (2024), em seu trabalho: *“Políticas públicas de inclusão para alunos com deficiência na Educação de Jovens e Adultos”*, analisou as políticas de inclusão voltadas ao público da Educação Especial na modalidade EJA, em escolas municipais de Teresina-PI. De abordagem quali-quantitativa, envolveu três gestores e trinta professores, utilizando o Questionário de Avaliação da Política de Inclusão Escolar (QUAPOIE-PC) e entrevistas. Os resultados revelaram lacunas na implementação das políticas e a necessidade de maior articulação entre os textos legislativos e as práticas educacionais, a fim de assegurar o direito à educação inclusiva na EJA.

Os trabalhos do IFPI estão indicados na Tabela 2.

Tabela 2. Trabalhos defendidos no IFPI, na modalidade mestrado, com destaque em negrito para termos do título definidores da classificação em educação especial, educação inclusiva ou inclusão.

Data	Título	Autor(a)	Classificação
1 2021	O NAPNE e o processo de inclusão no ensino técnico profissionalizante no IFPI campus Teresina Zona Sul	SOUSA, Karina Cardoso de	Inclusão
2 2022	Atendimento educacional especializado nos Institutos Federais: estudo de caso no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Piauí	RIBEIRO, Natércia Freitas	Educação especial
3 2023	Nas trilhas da inclusão : a construção de saberes na experiência e TAE's do NAPNE no IFPI	NOLÊTO, Rute Glésia Lima	Inclusão
4 2023	“Existe muita coisa que não te disseram na escola ”: as relações étnico-raciais e a formação antirracista na Educação Profissional e Tecnológica - EPT	SILVA JUNIOR, Paulo Henrique Fortes	Educação inclusiva
5 2024	Análise das demandas docentes e estratégias no atendimento de discentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) a partir do currículo integrado na EPT no IFPI, Campus Teresina Central	LIMA, Isabel dos Santos	Educação especial
6 2024	Práticas pedagógicas inclusivas na educação física: uma proposta de sequência didática para o curso de administração da Escola Profissional e Tecnológica Marta Maria Giffoni de Sousa em Acaraú - CE	MORAIS, Maria Fabíola de	Inclusão
7 2024	A inclusão escolar dos estudantes com deficiência visual no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí: com a palavra o aluno!	MARQUES, Rosélia Neres de Sena	Educação especial

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

No IFPI, dos sete trabalhos encontrados, três abordam a educação especial, um a educação inclusiva e três a inclusão, todos voltados ao contexto educacional. Os dados revelam uma produção ainda limitada sobre essas temáticas no recorte espacial, indicando a necessidade de novas pesquisas que ampliem o debate e fortaleçam a educação inclusiva nas escolas e na sociedade.

O trabalho de Sousa (2021), *“O NAPNE e o processo de inclusão no ensino técnico profissionalizante no IFPI Campus Teresina Zona Sul”*, teve como objetivo analisar a contribuição do NAPNE para o ingresso e permanência de estudantes com deficiência no Ensino Técnico Integrado ao Médio. De abordagem qualitativa e configurado como estudo de caso, utilizou pesquisa bibliográfica, documental e de campo, com entrevistas semiestruturadas a diferentes sujeitos ligados ao núcleo. Como produto educacional, resultou no documentário *“Ações Inclusivas: o NAPNE no IFPI”*, que resgata a memória e o papel do núcleo na promoção da inclusão e diversidade na EPT. O estudo foi orientado pela Professora Dra. Jalva Livia Rabelo Queiroz Sousa.

O trabalho de Ribeiro (2022), *“Atendimento educacional especializado nos Institutos Federais: estudo de caso no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí”*, teve como objetivo analisar como o AEE vem sendo realizado pelo NAPNE no IFPI. A pesquisa, de caráter qualitativo, baseou-se em estudo documental de produtos educacionais relacionados ao AEE e foi desenvolvida em três etapas: diagnóstico, levantamento documental e elaboração do produto educacional, considerando os aspectos éticos da pesquisa. Participaram coordenadores dos NAPNE dos campi e a Diretoria de Políticas Pedagógicas da Reitoria. Os resultados identificaram desafios e potencialidades da atuação do NAPNE e ressaltaram a importância dos produtos educacionais na efetivação do AEE e na promoção da inclusão. O estudo foi orientado pela Professora Dra. Elenice Monte Alvarenga.

Nolêto (2023), em *“Nas trilhas da inclusão: a construção de saberes na experiência e TAE’s do NAPNE no IFPI”*, analisou os saberes construídos por oito profissionais do NAPNE do *campus* São João do Piauí na inclusão de estudantes com necessidades educacionais específicas (NEE). A pesquisa qualitativa, com entrevistas semiestruturadas e orientada pela Análise de Conteúdo de Bardin (2004), evidenciou que mesmo sem formação específica na área, os profissionais desenvolveram saberes atitudinais, conceituais, procedimentais e contextuais. Também foram evidenciadas

dificuldades relacionadas à estrutura, recursos humanos e integração institucional. O estudo foi orientado pela Professora Dra. Francisca Raquel da Costa.

O trabalho de Silva (2023), *“Existe muita coisa que não te disseram na escola: as relações étnico-raciais e a formação antirracista na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)”*, buscou compreender as práticas educativas relacionadas às relações étnico-raciais e avaliar sua adequação à legislação. A metodologia combinou pesquisa bibliográfica e de campo, com análise documental dos planos de disciplina e entrevistas com professores e estudantes. Os resultados revelaram diversidade de abordagens e a necessidade de formação continuada sobre o tema. O produto educacional *“E o que foi que disse?”* propôs práticas pedagógicas voltadas à educação antirracista. O estudo foi orientado pela Professora Dra. Francisca Raquel da Costa.

O trabalho de Lima (2024), *“Análise das demandas docentes e estratégias no atendimento de discentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) a partir do currículo integrado na EPT no IFPI, Campus Teresina Central”*, teve como objetivo analisar as demandas docentes e as estratégias de acessibilidade curricular para a inclusão de discentes com TEA. De abordagem qualitativa e caráter descritivo, o estudo utilizou entrevistas semiestruturadas com docentes dos cursos técnicos integrados em Eletrotécnica, Eletrônica e Mecânica. A análise de conteúdo revelou dificuldades comuns quanto ao acolhimento e à adaptação curricular, além da falta de conhecimento sobre as ações do NAPNE e ausência de práticas pedagógicas diferenciadas. O trabalho foi orientado pela Professora Dra. Jalva Lívia Rabelo Queiroz Sousa.

Morais (2024), em *“Práticas pedagógicas inclusivas na educação física: uma proposta de sequência didática para o curso de administração da Escola Profissional e Tecnológica Marta Maria Giffoni de Sousa em Acaará (CE)”*, investigou como a disciplina de Educação Física contribui para a inclusão na EPT. De abordagem qualitativa e pesquisa-ação, utilizou entrevistas semiestruturadas com 42 alunos e um professor. Os resultados

apontaram o potencial da disciplina no desenvolvimento de competências socioemocionais e reflexão sobre práticas pedagógicas inclusivas. O produto educacional “*Construindo Pontes*” propôs uma sequência didática voltada à inclusão. O estudo foi orientado pela Professora Dra. Francisca Raquel da Costa.

Por fim, Marques (2024) em “*A inclusão escolar dos estudantes com deficiência visual no IFPI: com a palavra o aluno!*”, analisou as concepções de ensino inclusivo de quatro estudantes com deficiência visual de cursos de graduação do IFPI – Campus Teresina. A pesquisa qualitativa evidenciou percepções relevantes sobre o ensino inclusivo e ofereceu subsídios teóricos para que os docentes reflitam e aprimorem suas práticas pedagógicas, promovendo autonomia e interação entre alunos com deficiência visual. O trabalho foi orientado pela Professora Dra. Joselma Ferreira Lima e Silva.

DISCUSSÃO COMPARATIVA

Quanto às abordagens metodológicas, predominam estudos qualitativos, com uso frequente da análise de conteúdo (Bardin, 2004) e estudos de caso. Apenas quatro trabalhos (Nascimento, 2020; Maia, 2022; Santos, 2023 e Miranda, 2024) adotaram abordagens mistas (quali-quantitativa), conforme o delineamento metodológico descrito nos resumos e seções de metodologia. Tal padrão indica uma homogeneização metodológica inicial, com um movimento de diversificação recente (a partir de 2020) no uso de abordagens mistas, evidenciando o amadurecimento das pesquisas.

Em um panorama quantitativo, na UFPI, foram identificados 17 trabalhos (5 sobre educação especial, 3 sobre educação inclusiva e 9 sobre inclusão). Já no IFPI, 7 trabalhos (3 sobre educação especial, 1 sobre educação inclusiva e 3 sobre inclusão). Todos os estudos abordam contextos escolares, priorizando práticas pedagógicas e formação docente.

No entanto, ao analisar as tendências temáticas, as produções analisadas foram organizadas em quatro eixos principais, de acordo com a

categorização temática preconizada pela Análise de Conteúdo de Bardin (2004), que evidenciam a diversidade de enfoques sobre a educação inclusiva no Piauí. O primeiro, *Formação docente e práticas pedagógicas inclusivas*, reúne oito dissertações voltadas à atuação do professor e às estratégias pedagógicas para inclusão, como as de Lustosa (2017), Farias (2017), Leal (2018a), Leal (2018b), Morais (2024), Nolêto (2023), Marques (2024) e Lima, I. S. (2024). Esses estudos discutem desde o desenvolvimento de sequências didáticas até experiências de ensino inclusivo em contextos regulares e técnicos.

O eixo *Autismo e deficiência intelectual* contempla cinco trabalhos [Brito (2016), Sousa (2017), Ribeiro (2021), Maia (2022) e Brito (2024)] voltados à compreensão das especificidades cognitivas e sensoriais de estudantes e às respostas educacionais construídas por professores e famílias. Em *Políticas públicas e gestão escolar*, dez pesquisas analisam as dimensões institucionais da inclusão e a atuação de escolas e programas governamentais, entre elas: Santos (2014), Ferreira (2019), Osório (2019), Nascimento (2020), Sousa (2021), Ribeiro (2022), Franco (2023), Silva Júnior (2023), Santos (2023) e Miranda (2024). Por fim, o eixo *Tecnologia assistiva e pandemia* reúne duas dissertações, de Ribeiro (2021) e de Amorim (2022), que analisam o uso de tecnologias digitais e ferramentas assistivas no ensino remoto de alunos com deficiência.

De modo geral, as temáticas revelam uma ênfase prática e descritiva, centrada na escola e na atuação docente, mas ainda pouco explorada sob perspectivas interdisciplinares e teórico-críticas. Observa-se, contudo, um amadurecimento gradual do campo, marcado pela diversificação metodológica e pela ampliação do debate sobre políticas e práticas inclusivas no contexto piauiense.

Quanto ao perfil institucional, na UFPI, observa-se a forte atuação da professora Dra. Ana Valéria Marques Fortes Lustosa como orientadora das dissertações e teses, configurando um núcleo de produção consistente, porém concentrado em uma única pessoa. No IFPI, há maior diversidade de orientações, com atuação de quatro pesquisadoras comprometidas

com o fortalecimento da inclusão na Educação Profissional e Tecnológica. A Professora Dra. Jalva Livia Rabelo Queiroz Sousa orientou os estudos de Sousa (2021) e Lima (2024); a Professora Dra. Elenice Monte Alvarenga, o de Ribeiro (2022); a Professora Dra. Francisca Raquel da Costa, os de Nolêto (2023), Silva (2023) e Moraes (2024); e a Professora Dra. Joselma Ferreira Lima e Silva, o de Marques (2024). Em conjunto, essas produções evidenciam o compromisso com a construção de uma educação inclusiva, crítica e transformadora na EPT.

Dessa forma, o conjunto das produções evidencia que o debate sobre inclusão educacional no Piauí ainda se constroi majoritariamente em torno da implementação de políticas públicas e práticas docentes, havendo pouca ênfase em abordagens epistemológicas, teóricas ou comparativas. Apesar disso, nota-se a consolidação de uma cultura institucional voltada à inclusão e o crescimento de pesquisas aplicadas, o que demonstra compromisso social com a pauta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mapeamento das produções acadêmicas sobre educação inclusiva, educação especial e inclusão nos programas *stricto sensu* em Educação do Piauí (2014-2024) revela avanços e desafios. Houve ampliação da visibilidade do tema na pós-graduação, consolidação de grupos de pesquisa e fortalecimento de práticas reflexivas sobre formação docente e políticas públicas. Contudo, a análise demonstra uma produção ainda restrita em número e diversidade, com predomínio de estudos qualitativos de caráter descritivo, concentrados na capital e em poucos orientadores. A ausência de análises interinstitucionais e comparativas limita o alcance e potencial de generalização. Os desafios identificados e presentes vão desde lacunas na formação docente, passando pela fragilidade de recursos estruturais e pedagógicos, até a necessidade de maior articulação entre as instituições de ensino e a gestão escolar. Tais aspectos

reforçam a urgência de políticas públicas integradas, investimentos contínuos em formação docente e o fortalecimento de uma cultura escolar que valorize a diversidade como um princípio educativo inclusivo. A consolidação de práticas inclusivas na escola demanda não apenas mudanças estruturais, mas também um compromisso coletivo com a equidade, o respeito às diferenças e a construção de uma escola para todos.

Para o fortalecimento da pesquisa em educação inclusiva no estado, recomenda-se: (1) Incentivar redes de pesquisa regionais e interestaduais, integrando programas da UFPI, IFPI e UNIVASF; (2) Promover políticas institucionais de fomento à inclusão na pós-graduação, com bolsas e editais específicos; além de (3) Valorizar estudos comparativos e inter-regionais, que situem a realidade piauiense no contexto nacional. Cada pesquisa aqui analisada, contribui para ampliar o debate e fortalecer o papel da escola na promoção de uma educação que atenda às necessidades de todos os estudantes. Os trabalhos revelam, no entanto, desafios persistentes que vão desde a formação inicial e continuada de professores, à falta de estrutura e recursos financeiros, além da necessidade de maior integração entre os docentes e a gestão escolar.

A inclusão educacional é um processo em construção. Os dados analisados demonstram que, embora haja uma base consistente de pesquisas comprometidas com a temática, ainda é necessário um movimento mais robusto de articulação entre teoria, prática e política. A consolidação de uma educação inclusiva requer o engajamento de universidades, escolas, gestores e sociedade civil, numa perspectiva que reconheça a diversidade como valor fundante da condição humana. Assim, ao finalizarmos este trabalho, reforçamos a importância de fomentar novas pesquisas e experiências que dêem visibilidade às vozes dos sujeitos envolvidos nos processos de inclusão. Somente por meio do diálogo, da escuta ativa e da co-responsabilidade coletiva será possível consolidar uma escola que acolha, respeite e valorize todas as formas de ser e aprender.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Marília Carollyne Soares. **Ensino remoto em escola pública municipal para alunos da educação especial no contexto da pandemia**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2022.

ARKSEY, Hilary; O'MALLEY, Lisa. Scoping studies: towards a methodological framework. **International journal of social research methodology**, v. 8, n. 1, p. 19-32, 2005. BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidente da República, 1988.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. **Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo**. Nova York, 30 de março de 2007. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 26 ago. 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 12 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 7 out. 2025.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/educacao-especial/politica-nacional-de-educacao>

BRITO, Aída Teresa dos Santos. **Prática educativa no AEE: os efeitos do manejo comportamental no uso de comunicação alternativa e ampliada para o favorecimento da comunicação em alunos com autismo**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2016.

BRITO, Hebert Portela. **Metodologias de ensino e as possibilidades de aprendizagem de conceitos matemáticos para aluno com deficiência visual no ensino médio**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2024.

DUNN, W. **Perfil Sensorial 2**. São Paulo: Pearson Clinical Brasil, 2017.

DUTRA, Claudia Pereira (Org.). **Educação em pauta 2024: desafios da educação especial na perspectiva inclusiva no Brasil**. Brasília: Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), 2024. 340 p. Disponível em: [educacao-em-pauta-1.pdf](#). Acesso em: 02 jun. 2025.

FARIAS, Francisca Neuza de Almeida. **As práticas de professores de língua portuguesa com alunos surdos no ensino básico**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2017.

FERREIRA, Ana Cristina de Assunção Xavier. **A política de inclusão escolar para o aluno surdo na perspectiva do tradutor e intérprete de libras/língua portuguesa**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2019.

FONSECA, João José Saraiva dos. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Disponível em: <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2012-1/1SF/Sandra/apostilaMetodologia.pdf>. Acesso em 13 out. 2025.

FRANCO, T. **O processo de inclusão social de surdos plurilíngues (cena/ libras/ português) no povoado Várzea Queimada/PI. 2023**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2023.

FREITAS, Marcos Cezar de; SANTOS, Larissa Xavier dos. Interseccionalidades e a educação especial na perspectiva da educação inclusiva. **Cadernos de Pesquisa**, v. 51, e07896, 2021. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/7896>. Acesso em: 10 jun. 2025

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007. ICDL (INTERDISCIPLINARY COUNCIL ON DEVELOPMENT AND LEARNING). **The Functional Emotional Developmental Levels (FEDLs): Individual Differences**. Bethesda, MD: ICDL, 2005.

IFPI. **Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT)**. Instituto Federal do Piauí, 2025. Disponível em: <https://www.ifpi.edu.br/profept>. Acesso em: 7 out. 2025.

INSTITUTO RODRIGO MENDES. **Educação inclusiva: recomendações de políticas de educação inclusiva para governos estaduais e federal**. São Paulo: Instituto Rodrigo Mendes, 2025. Disponível em: <https://institutorodrigomendes.org.br/>

wp-content/uploads/2022/08/Educacao-Inclusiva_Ed.Ja2022.pdf. Acesso em: 30 mai. 2025.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; MENDES, Enicéia Gonçalves. **A avaliação da qualidade da Educação Especial no âmbito da Educação Básica**. Relatório Final. São Carlos: Inep, 2016.

LEAL, Carlos Eduardo Gonçalves. **A subjetividade social e sua vivência na prática educativa com alunos público-alvo da educação especial**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2018a.

LEAL, Anderson Rubem Guimarães. **Modelo DIR/Floortime: Bases teóricas para a inclusão de crianças com autismo na educação infantil**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2018b.

LIMA, Isabel dos Santos. **Análise das demandas docentes e estratégias no atendimento de discentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) a partir do currículo integrado na EPT no IFPI, Campus Teresina Central**. 2024. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional) – Instituto Federal do Piauí, Teresina, 2023.

LUSTOSA, Celene Vieira Gomes Fortes. **Práticas avaliativas de professores com crianças com Síndrome de Down nos anos Iniciais no ensino fundamental**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2017.

MAIA, Joycy Beatriz Moreira Maia. **Processamento sensorial e aprendizagem de crianças com autismo no contexto da pandemia por covid-19 na perspectiva das famílias**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2022.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Todos pela inclusão escolar: dos fundamentos às práticas**. 2. ed. Campinas: Papirus, 2021.

MARQUES, Rosélia Neres de Sena. **A inclusão escolar dos estudantes com deficiência visual no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí: com a palavra o aluno!** 2024. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional) – Instituto Federal do Piauí, Teresina, 2024.

MIRANDA, Thathyany Freitas. **Políticas públicas de inclusão para alunos com deficiência na Educação de Jovens e Adultos**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2024.

MORAIS, Maria Fabíola de. **Práticas pedagógicas inclusivas na educação física: uma proposta de sequência didática para o curso de administração da Escola Profissional e Tecnológica Marta Maria Giffoni de Sousa em Acaraú - CE**. 102 p. 2024. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional) – Instituto Federal do Piauí, Teresina, 2024.

NASCIMENTO, Milena Viana Medeiros Barbosa do. **A política de educação especial em escola da rede privada de ensino em Teresina**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2020.

NOLÊTO, Rute Glésia Lima. **Nas trilhas da inclusão: a construção de saberes na experiência e TAE's do NAPNE no IFPI**. 2023. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional) – Instituto Federal do Piauí, Teresina, 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e Protocolo Facultativo**. Nova York: ONU, 2006.

OSÓRIO, Jacyara da Costa. **A política de inclusão no município de Oeiras-PI na perspectiva do professor da classe comum**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2019.

RIBEIRO, Joane Lopes. **Tecnologia assistiva e atendimento educacional especializado para alunos com autismo na pandemia**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2021.

PLETSCH, Márcia Denise. **O que há de especial na educação especial brasileira?** Momento – Diálogos em Educação, Rio Grande, v. 29, n. 1, p. 57-70, 2020. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/9357>. Acesso em: 06 jun. 2025.

RIBEIRO, Natércia Freitas. **Atendimento educacional especializado nos Institutos Federais: estudo de caso no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí**. 119 p. 2022. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional) – Instituto Federal do Piauí, Teresina, 2022.

SANTOS, Katariny Maria Leal. **Assim caminha a educação inclusiva: as concepções de adolescentes em cumprimento de medida de semiliberdade acerca da inclusão.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014.

SANTOS, Suelen da Silva. **Políticas Públicas de Inclusão Escolar na Perspectiva de Professores do Atendimento Educacional Especializado do Município de Teresina.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2023.

SILVA JUNIOR, Paulo Henrique Fortes. **Existe muita coisa que não te disseram na escola:** as relações étnico-raciais e a formação antirracista na Educação Profissional e Tecnológica - EPT. 2023. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional) – Instituto Federal do Piauí, Teresina, 2023.

SOUSA, Débora Lauriane da Silva Sousa. **O diagnóstico e a escolarização:** os sentidos subjetivos constituídos por mães de alunos com autismo. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2017.

SOUSA, Karina Cardoso de. **O NAPNE e o processo de inclusão no ensino técnico profissionalizante no IFPI campus Teresina Zona Sul.** 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional) – Instituto Federal do Piauí, Teresina, 2021.

UFPI. **Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED).** Universidade Federal do Piauí, 2025. Disponível em: <https://www.ufpi.br/ppged>. Acesso em: 7 out. 2025.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Salamanca: UNESCO, 1994. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000098427>. Acesso em: 7 out. 2025.